



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

126  
M

**1ª Câmara de Direito Público**

**Recurso de Agravo nº 0216398-6 (N.P.U. 0009642-44.2003.8.17.0001)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** Comercial Center Sat Ltda

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. MULTA PUNITIVA DE 200%. CARÁTER CONFISCATÓRIO VERIFICADO. VIOLAÇÃO AO ART. 150, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REDUÇÃO NA SENTENÇA A QUO, PARA 100% DO VALOR DO TRIBUTO DEVIDO. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.**

1. Como se sabe, a multa deve guardar relação com a infração cometida pelo contribuinte, em razão do não recolhimento do imposto, sendo aplicada para repelir sonegação fiscal e inadimplência.
2. O demonstrativo do crédito tributário indica às fls. 14 dos autos que a multa aplicada foi à razão de 200% sobre o valor do tributo. Contudo, esse percentual previsto na Lei nº 11.514/97 mostra-se abusivo e desarrazoado, pois, em verdade, equivale à montante maior do que o valor integral da dívida e, assim, viola os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
3. No RE 400927 AgR, Relator Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 04/06/2013, a Segunda Turma assentou que *“O Plenário do Supremo Tribunal Federal já decidiu, em diversas ocasiões, serem abusivas multas tributárias que ultrapassem o percentual de 100%”* (ADI 1075 MC, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ de 24-11-2006; ADI 551, Relator: Min. ILMAR GALVÃO, Tribunal Pleno, DJ de 14-02-2003).
4. Assim, o percentual de 200% (duzentos por cento) a título de multa prevista na Lei Estadual nº 11.514/97 mostra-se abusivo e desarrazoado, com caráter confiscatório, já que corresponde ao dobro da quantia da dívida fiscal devida pelo Embargado.
5. Recurso de Agravo desprovido.
6. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Recurso de Agravo nº 0216398-6**, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **negar provimento** ao Recurso de Agravo interposto, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

128  
M

**1ª Câmara de Direito Público**

**Recurso de Agravo nº 0216398-6 (N.P.U. 0009642-44.2003.8.17.0001)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** Comercial Center Sat Ltda

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco contra Decisão Terminativa que negou provimento aos apelos, para manter a sentença monocrática, a qual julgou parcialmente procedente o pedido de anulação de débito fiscal, apenas para reduzir a multa aplicada para 100% do valor devido (fls. 105/109).

O agravante sustenta a legalidade e constitucionalidade da multa punitiva aplicada, não havendo que se falar em caráter confiscatório do percentual de 200%, pois não é o valor percentual em si que acarretaria o efeito confiscatório, mas sim a relação desse percentual em cada caso concreto.

Argumenta que as decisões do STF que embasam a decisão fustigada dizem respeito às multas moratórias, diferentes da multa punitiva aplicada no presente caso em face de cometimento de infração tributária.

Requer, portanto, a reforma da decisão fustigada, com o provimento do recurso de apelação interposto pelo Estado.

Não havendo razão para o exercício do juízo de retratação e, verificada a tempestividade e o preenchimento dos demais requisitos legais, coloco o presente recurso em mesa para que seja devidamente julgado pelo Colegiado, em conformidade com os ditames legais.

É o Relatório.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

129  
M

**1ª Câmara de Direito Público**

**Recurso de Agravo nº 0216398-6 (N.P.U. 0009642-44.2003.8.17.0001)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** Comercial Center Sat Ltda

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

A presente irresignação cinge-se ao percentual da multa aplicada pelo Fisco em desfavor da Empresa agravada.

Como se sabe, a multa deve guardar relação com a infração cometida pelo contribuinte, em razão do não recolhimento do imposto, sendo aplicada para repelir sonegação fiscal e inadimplência.

O demonstrativo do crédito tributário indica às fls. 14 dos autos que a multa aplicada foi à razão de 200% sobre o valor do tributo. Contudo, esse percentual previsto na Lei nº 11.514/97 mostra-se abusivo e desarrazoado, pois, em verdade, equivale à montante maior do que o valor integral da dívida e, assim, viola os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal alterou a jurisprudência para considerar confiscatória a multa de 120% prevista na legislação do Estado do Rio Grande do Sul, conforme se lê do acórdão proferido no RE 657372 AgR, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 28/05/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-108 DIVULG 07-06-2013 PUBLIC 10-06-2013, assim ementado:

***"STF: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MULTA FISCAL. CARÁTER CONFISCATÓRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 150, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AGRAVO IMPROVIDO. I – Esta Corte firmou entendimento no sentido de que são confiscatórias as multas fixadas em 100% ou mais do valor do tributo devido. Precedentes. II – Agravo regimental improvido.***

No RE 400927 AgR, Relator Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 04/06/2013, a Segunda Turma assentou que ***"O Plenário do Supremo Tribunal Federal já decidiu, em diversas ocasiões, serem abusivas multas tributárias que ultrapassem o percentual de 3 (RA na AC 0216398-6)***

*GRK*



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

100%” (ADI 1075 MC, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ de 24-11-2006; ADI 551, Relator: Min. ILMAR GALVÃO, Tribunal Pleno, DJ de 14-02-2003).

Outrossim, a vedação ao efeito confiscatório dos tributos vem expressa no texto constitucional e a doutrina de Hugo de Brito Machado<sup>1</sup> defende, embora faça a ressalva da existência de decisões do e. STF em sentido contrário, ser inaplicável o efeito de confisco às multas, devendo a elas incidir o princípio da razoabilidade. Nesse sentido seguem as abalizadas palavras do referido doutrinador, *ipsis litteris*:

*As multas, como sanções em geral, são instrumentos destinados a desestimular condutas ilícitas. Assim, em certos casos justificam-se multas pesadas para que o contribuinte não queira correr o risco de se apanhado no descumprimento de suas obrigações [...]. A rigor, a vedação ao tributo com efeito confiscatório não se estende às multas tributárias. O que impede a cominação de multas exorbitantes é o princípio constitucional de proporcionalidade, no que alberga a ideia de que deve haver uma proporção, em sentido estrito, entre a gravidade do ilícito e a sanção correspondente.*

Assim, o percentual de 200% (duzentos por cento) a título de multa prevista na Lei Estadual nº 11.514/97 mostra-se abusivo e desarrazoado, com caráter confiscatório, já que corresponde ao dobro da quantia da dívida fiscal devida pelo Embargado.

Destarte, em atendimento ao princípio da razoabilidade, merece ser mantida a sentença que reduziu a multa por sonegação de tributo para 100% (cem por cento).

À luz do exposto, voto pelo **DESPROVIMENTO** deste Recurso de Agravo, mantendo-se a Decisão Monocrática ora hostilizada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator

<sup>1</sup> MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 31ª Edição, revista, atualizada e ampliada. Malheiros Editores. 2001. p. 46